



“NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS”: MOVIMENTOS SOCIAIS À LUZ DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

Autor: Shirleyanne Santos Aquino¹

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, shirleyanneaquino@hotmail.com

Orientador: Ana Lúcia Oliveira Aguiar²

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, oliveiraaguiar@gmail.com

RESUMO: As primeiras reivindicações em massa ecoam e são inspirações para muitos movimentos sociais ainda hoje. A atuação das minorias oprimidas que saíram dos seus lugares do silêncio é uma demonstração do quanto que a história guarda registros dos homens e mulheres que lutam pela igualdade, pelo respeito aos princípios do direito à diversidade, respeito ao espaço das vozes. O direito à voz é o exercício de cidadania principalmente em um estado democrático de direito. Este trabalho relaciona a construção histórica em que se teceu a luta das pessoas com deficiência e a sua atribuição como cidadãos políticos no Estado, inclusive construindo e praticando a cidadania. Objetiva-se apontar ações que contribuíram para a reconstrução de políticas e práticas destinadas às pessoas com deficiência, e explanar o momento que esses sujeitos assumiram o protagonismo dos movimentos. A metodologia da pesquisa é de cunho bibliográfico e direciona-se a investigar os registros históricos dos movimentos sociais que foram liderados pelas pessoas com deficiência e como se instituíram. Como resultado, foi visível o destaque da participação das pessoas surdas nos que movimentos sociais, sendo esse grupo o que mais participa em todo o mundo. Conclui-se que, os movimentos sociais devem ser tratados como a manifestação de um direito fruto do processo democrático, e que nos movimentos das pessoas com deficiência é importante que eles sejam sujeitos do processo de lutas e conquistas.

PALAVRAS-CHAVE: deficiência, movimentos sociais, protagonismo.

INTRODUÇÃO

O conceito de movimentos sociais é compreendido segundo Alain Touraine em *La production de lá société* (1973) como a ação coletiva exercida por um determinado grupo que compartilha uma ideologia em comum e que tem como objetivo alcançar mudanças sociais por intermédio de uma negociação ou reconhecimento político. Nesse diálogo de Touraine são requisitados os valores ideológicos determinada dentro da sociedade e permeado sempre por uma tensão social que é justamente o que ocasiona a motivação e para as lutas sociais. Continuando, o autor narra o intuito dessa luta, que acontece por um ideal surgido do questionamento de uma

1 Pedagoga, mestranda em educação no POSEDUC/UERN, e-mail: shirleyanneaquino@hotmail.com

2 Prof.^a. Dr.^a. Orientadora: Ana Lúcia Oliveira Aguiar. Doutora em Sociologia, Professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, e-mail: oliveiraaguiarpetro@gmail.com



determinada realidade que pode se caracterizar como algo que bloqueia a efetivação de direitos ou anseios. Os movimentos sociais constroem uma identidade para a luta e defesa de interesses de um grupo de pessoas.

Conforme o livro História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil compilado por Martins (2010), observa-se o surgimento de instituições constituídas por pessoas com deficiência e geridas por elas mesmas vem a acontecer por volta do século XX. Martins (2010) continua, afirma que o principal motivo desse surgimento é a solidariedade entre os parceiros pertencentes aos grupos das variadas deficiências, que antes da década de 1970 se reuniam localmente dentro de suas ruas ou bairros.

De maneira geral, estas pessoas não tinham uma sede ou estatutos que as regulamentassem como também não possuíam qualquer outro instrumento formal que validasse a sua existência tangível nem associações que os representassem como um todo. As organizações criadas por esses grupos visavam a ajuda mútua à uma melhor qualidade de vida, sem ter diretamente um objetivo político. Martins (2010) diz que, são justamente essas instituições que seriam o “feto” do que representa o início das associações sindicais, e das organizações dos movimentos sociais das pessoas com deficiência no Brasil, algo que já pôde ser visto na década de 1970 ainda no regime de ditadura que não foi capaz de silenciar os movimentos sociais.

Objetiva-se com essa discussão, somar os diálogos que discutem o papel dos movimentos sociais junto à luta dos direitos e melhorias de vida dos grupos com representação minoritária na sociedade. Ligar o tema movimentos ao protagonismo das pessoas com deficiências é trazer a voz dos próprios interessados e diretamente atingidos pelas carências da qualidade de vida que estão sujeitos. Por muito tempo as pessoas com deficiência foram anuladas pela sociedade e tiveram a sua cidadania negada.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa de acordo com os procedimentos técnicos é de natureza bibliográfica, onde as obras de autores que abordam a temática foi escolhida. Os dados descritos neste trabalho segue a abordagem qualitativa, visto que, nosso intuito não é mensurar, classificar ou enumerar os dados aqui descritos. Este estudo direciona-se a investigar os registros históricos dos movimentos sociais que foram liderados pelas pessoas com deficiência e como se instituíram na



história. Para alcançar os objetivos propostos, nossa discussão se organizou em três subtópicos: I - Minha vez, minha voz: a historicidade dos movimentos sociais; II - Espaço dado é espaço conquistado, exercendo a luta ativamente; e III – Língua Brasileira de Sinais, cultura e identidade surda. Organizou-se

O primeiro tópico *Minha vez, minha voz: a historicidade dos movimentos sociais* aborda o revisitar histórico dos movimentos sociais das pessoas com deficiência ao longo do tempo e de como eles foram ganhando visibilidade. O segundo subtópico *Espaço dado é espaço conquistado, exercendo a luta ativamente* demonstra que a luta por direitos na voz de uma pessoa não tem tanta força quando todos se unem em uma só voz e reivindicam juntos, seus direitos. É louvável o crescente número de pessoas que indiretamente ou diretamente abraçam a militância pelos direitos das pessoas com deficiência. É exemplar ver no meio daquelas vozes, os próprios autores daquele grito, daquela luta, estes que dão altivez ao movimento, e são esses muitos, que enfrentam barreiras físicas, intelectuais, econômicas, mas que não esperam, vão às ruas reivindicar os seus direitos.

O terceiro tópico *Língua Brasileira de Sinais, cultura e identidade surda*, trata dos movimentos dos surdos da imposição da oralidade aos deficientes auditivos, da repressão, resistência e reconhecimento da LIBRA como língua oficial dos surdos. O autor Skliar (1998) colabora ao trazer as reflexões da evolução histórica da língua dos surdos, e afirma que por muito tempo ela foi proibida oficialmente em diversos países, sob a alegação de que destruía a habilidade de oralização dos surdos, como se eles fossem capazes da oratória. Em paralelo os surdos ainda permaneceram fazendo uso da linguagem de sinais e graças a isso hoje a LIBRAS é reconhecida como a língua oficial dos deficientes auditivos.

MINHA VEZ, MINHA VOZ: A HISTORICIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Conforme apontamentos de Alain Touraine (1976) é preciso olhar os movimentos sociais, além de uma reprodução de valores ou ideologias para a ação em sociedade, é preciso considerar as composições sociais em suas estruturas. Com isso, compreende-se que é comum à estrutura social, os conflitos de pensamento divergentes nas relações, entre os modelos culturais, políticos e sociais estabelecidos.

Observa-se assim, que muitos dos movimentos sociais surgidos na história, vêm representar uma explosão dos conflitos impostos por uma estrutura social de maior poderio, sobre um grupo de menor domínio, culminando em uma relação conflitante cheia de contradições. A necessidade de



acalmar o animus e trazer a paz social é o que faz dos movimentos sociais, uma ferramenta fundamental para a atividade prática na busca por mudanças e reconhecimento de direitos.

Na sociedade civil o exercício da democracia e o posicionamento de diferentes ideologias políticas são muito importantes para as representações dos movimentos sociais, pois as reivindicações realizadas democraticamente e de forma respeitosa na defesa de interesses e ideais é positivamente um meio constitucional de manifesto no qual todos, sem exceções, tem direito.

Conforme pesquisado, a seguir, segue alguns exemplos de movimentos sociais que ao longo dos anos vem ganhando destaque e força no Brasil, são os representantes dos direitos dos operários, dos movimentos contra o preconceito, segregação racial, os que lutam pela qualidade de educação do país, dos funcionários do campo, das mulheres e reconhecimentos de seus direitos, dos movimentos em prol da preservação do meio ambiente, da luta contra a homofobia, socialista, comunista, entre outros.

Os movimentos sociais costumam acontecer de forma regional ou local, porém devido a eminente expansão da globalização econômica, cultural, dos meios de comunicação, da propagação de informação e da conseqüente união de forças. A abertura das fronteiras acaba por romper as barreiras geográficas, fazendo os movimentos sociais invadirem a cidade as nações em um mesmo momento, unindo forças e constituindo-se em uma só voz.

ESPAÇO DADO É ESPAÇO CONQUISTADO EXERCENDO A LUTA ATIVAMENTE

Prender-se meramente à expressão “luta por meus direitos”, não é capaz de demonstrar o mínimo, do percurso de vida, que enfrenta as pessoas que lutam nos movimentos sociais para que as suas necessidades sejam atendidas. Entre as dificuldades de execução e materialização do movimento social, há questões financeiras de logística e que envolve um contingente de pessoas, além de considerar as barreiras físicas dos envolvidos.

Os movimentos sociais não se limitam a manifestações públicas eventuais, mas constituem-se de organizações que frequentemente atuam para conseguir seus objetivos políticos. Significa dizer, que o movimento social é em si, uma luta constante e algo a ser conquistado e reivindicando em longo prazo a depender da motivação ou causa. Com o exposto, quer se dizer que os movimentos sociais são ações organizadas, de cunho contínuo, evolutivo e permanente, que



defendem a luta pelos direitos e conquistas de grupos que tem como maior parte dos seus militantes, os principais prejudicados e interessados.

É louvável o crescente número de pessoas que indiretamente ou diretamente abraçam a militância pelos direitos das pessoas com deficiência, é exemplar ver em meio aquelas vozes, os próprios autores daquele grito, daquela luta, estes que dão altivez ao movimento. Muitos destes militantes enfrentam as suas próprias barreiras físicas, intelectuais, econômicas, porém são firmes aos seus propósitos e buscam reivindicar os seus direitos nos movimentos populares.

É possível observar, conforme nos traz a pesquisa de Mario Martins (2010), que há em registros históricos desde volta do século 20 apontando o surgimento das instituições compostas por pessoas com deficiência e geridas por elas mesmas. O motivo principal dessa expansão acontece por meio da solidarizarão entre os parceiros pertencentes aos grupos das variadas deficiências que antes da década de 1970 se reuniam localmente, dentro de suas ruas ou bairros.

De maneira geral, estas pessoas não tinham um polo físico, lei que os regulamentassem ou qualquer outro instrumento formal que validasse a sua existência tangível. As iniciativas criadas por esses grupos visavam à ajuda mútua à sobrevivência, sem diretamente um objetivo político. Porém, essas instituições começam por representar o “feto” do que representa o início dos movimentos sociais das pessoas com deficiência aqui no Brasil, principalmente os que se manifestaram na década de 1970.

Diante dos padrões estéticos ditatoriais que rege a contemporaneidade se faz necessário destacar a real importância do reconhecer e do assumir-se no mundo. Desse modo, hoje se faz necessário e indispensável que os principais interessados em suas reivindicações defendam a suas ideologias, apresentando seus rostos e mostrando o quanto aquilo que buscam tem valor para si. Afirma-se, desse modo, que para os movimentos sociais das pessoas com deficiência é imprescindível o elemento participação na construção de políticas públicas.

Durante um longo período, as deficiências que os homens possuíam foram vistas como uma forma de opressão do corpo por aquilo que não é “normal” que está sem ou fora do *padrão*. Assim, claramente, as pessoas com deficiências eram excluídas do convívio e participação na vida política e pública por deduzirem que a deficiência era uma limitação permanente, na qual desabilitava a qualquer custo o sujeito do senso comum seguido pela normatização social.



Entendendo cidadania como o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais, como rege a Constituição Federal (1988), destaca-se que, a importância de participação das pessoas com deficiência é dada, não só por enriquecer o exercício democrático, pressupostos pela democracia como um direito de todos. Mas, contribui também, para a visibilidade do grupo das pessoas com deficiência que tendo reconhecidas e consideradas suas necessidades e limitações físicas ou psicológicas, não são impedidas do exercício político ou da participação ativa no movimento popular.

A axiologia por trás da frase "Nada sobre nós sem nós", vem inspirada no momento que marcou as celebrações do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência definido em 2004. Esse momento serviu para chamar atenção de todos os membros sociais e políticos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a qual diz que essas pessoas devem ter a oportunidade de participar ativamente das decisões relativas a programas e políticas, inclusive aos que lhes dizem respeito diretamente.

As privações históricas contra os deficientes causaram grandes inquietações nas pessoas com deficiência, lembrando, que reprimir a livre expressão, o questionamento, a expurgação é impor desigualdades e oprimir a participação dessas pessoas. Na história, uma cultura normativa foi criada e compartilhada socialmente, sustentada por critérios também biomédicos, mas também, fortemente influenciada pelos modelos de padrão social e o estranhamento do outro.

Na visão homogênea de sociedade, era pregada a defesa do *status quo*, assim a religião, a educação, a ciência de modo geral, e a cultura foram forças maiores que acabaram por corroborar com a disseminação das desigualdades sociais no que se refere às pessoas com deficiência.

A diversidade social, a pluralidade de indivíduos, outros coletivos articulados por quaisquer movimentos sejam de ideologias, políticos, religiosos, só reforçam a multiculturalidade que compõe a sociedade. Essa observação nos faz perceber, que é na diferença que as pessoas e grupos se legitimam e mesmo que soe redundante é na existência das diferenças que nos tornamos iguais.

Conforme descrito em Boaventura de Souza Santos (2002), ao trazer dados históricos da luta dos seres humanos representados nos movimentos sociais percebe-se que as políticas públicas ora ocupam lugar de repressor ora de promotor. O autor continua e diz que direitos políticos é a



garantia de participação nos assuntos do Estado exercidos dentro do próprio Estado e na participação e realização dos direitos econômicos, sociais e culturais.

Com isso, observa-se que para refletirmos e pregarmos uma diversidade social cheias de representações, heterogeneidade e variadas formas de vida é preciso que principalmente o estado seja um representante dessa multiculturalidade. No que compete às pessoas com deficiência, não convém exclusividade, convém conexão social dos membros da sociedade respeitando-se as diferenças em que o todo nada mais é que o conjunto de cada parte, que é sempre inteira.

O MOVIMENTO DOS SURDOS: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS, CULTURA E IDENTIDADE SURDA.

Com as instalações das escolas para surdos surgiram também as discussões de escolha do melhor método de educação de surdos. Uma das opções era uma língua estabelecida, o oralismo³ ou os dois métodos. Autor Skliar (1998) narra que por muito tempo a Língua de Sinais foi proibida oficialmente em diversos países, sob a alegação de que destruía a habilidade de oralização dos surdos, como se eles fossem capazes da oratória. Skliar continua, e fala que a proibição despertou o que alguns autores chamam de “isolamento cultural do povo surdo”, já que a proibição dessa língua tem por consequência a negação da cultura e da identidade surda.

No fim do século XIX, a Língua de Sinais sofre grande instabilidade. Em 1880, no Congresso Internacional de Professores de Surdos, em Milão, Itália, o método oral foi escolhido como o melhor para a educação dos surdos. A Língua de Sinais foi proibida oficialmente em diversos países, sob a alegação de que destruía a habilidade de oralização dos surdos.

Tal proibição despertou o que alguns autores chamam de “isolamento cultural do povo surdo”, já que a proibição do uso da língua tem por consequência a negação da cultura e da identidade surdas. Seguindo a orientação do Congresso de Milão, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos também proibiu a Língua de Sinais. Em consequência da repressão foi perceptível o declínio do número de professores surdos nas escolas para surdos e o aumento no número de professores ouvintes ensinando a surdos.

³ Consistia no método de ensino para surdos, no qual se defende que a maneira mais eficaz de ensinar o surdo é através de da língua oral, ou falada. Surdos que utilizaram deste método de ensino foram considerados surdos oralizados.



Essa proibição criou o que os estudiosos modernos chamam de “ouvintismo”, que consiste na imposição ao surdo de um conjunto de ações de pessoas ouvintes sem considerar a condição biológica da deficiência. As práticas ouvintistas eram estratégias e ações que poderiam ser tangíveis, como colocar próteses auditivas ou intangíveis, expressa nos costumes, jeitos e trejeitos ouvintes impostos aos sujeitos surdos forçando ao ouvintismo.

Os alunos surdos eram proibidos de usar a Língua de Sinais, e para que fosse impedido quebrar a regra foram adotadas medidas extremas tais como: forçar os alunos a manter os braços cruzados ou amarrar as mãos. Skliar (1998) afirma que o uso da língua de sinais era comparada a comunicação de macacos. Diante desse contexto repressivo, os sinais não foram totalmente eliminados, mas conduzidos à marginalidade. Contudo, paralelamente os povos surdos permaneceram com os gestos, longe dos olhos da ditadura da oratória e foi assim que hoje a comunidade surda se destaca com o seu ativismo nos movimentos populares, sendo o grupo social com maior destaque nas lutas sociais, vestígios dessa inicial resistência.

Os movimentos dos surdos passaram, então, a constituir-se como uma resistência às práticas “ouvintistas”. Esses movimentos se dão em espaços como as associações, as cooperativas e os clubes – territórios livres do controle ouvinte –, onde os surdos estabeleciam intercâmbio cultural e linguístico e faziam uso da Língua de Sinais. Grande parte das associações de surdos surgiu exatamente nos períodos de maior ênfase à oralidade e à negação da diferença, envolvendo o final do século XIX até aproximadamente as décadas de 1960 e 1970. Ou seja, um dos principais fatores de reunião das pessoas surdas era e da manifestação dos interesses desse grupo, foi, e ainda é, o uso e a defesa da Língua de Sinais como língua oficial dos surdos.

No Brasil, há registros de que, no final da década de 1930, um grupo de surdos de ex-alunos do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) fundou a Associação Brasileira de Surdos-Mudos no Rio de Janeiro. Uma segunda associação foi fundada em maio de 1953 com a ajuda de uma professora de surdos, Ivete Vasconcelos. Além disso, os alunos do INES voltavam para suas cidades de origem e criavam associações de surdos, tais como a Associação de Surdos-Mudos de São Paulo, fundada em março de 1954, e a Associação de Surdos de Belo Horizonte, em 1956, algo que favoreceu a abertura das várias associações pelo país.

A origem da organização dos surdos brasileiros também tem fortes ligações com o esporte, daí ter sido fundada, em 1959, a Federação Desportiva de Surdos do Rio de Janeiro, com o nome de Federação Carioca de Surdos-Mudos. A Federação Carioca de Surdos-Mudos era liderada por Sentil



Delatorre e reconhecida pelo Conselho Nacional de Desportos e pela Confederação Brasileira de Futebol. Posteriormente, filiou-se ao Comitê Internacional de Esportes dos Surdos. Com o crescimento da prática desportiva de surdos, Sentil Delatorre tomou a iniciativa de convocar uma assembleia geral que, em novembro de 1984, no auditório do INES criou a Confederação Brasileira de Desporto para Surdos.

O movimento internacional de surdos se articulou sob coordenação da Federação Mundial de Surdos (World Federation of the Deaf – WFD), criada em 1951 e com sede na Finlândia. Articulando-se com os organismos ligados às Nações Unidas, os líderes surdos procuraram, a partir daí, interferir nas políticas e nas recomendações apresentadas aos governos dos seus países. A WFD teve influência decisiva nas recomendações da UNESCO, em 1984, no reconhecimento formal da Língua de Sinais como língua natural das pessoas surdas, garantindo que crianças surdas tivessem acesso a ela o mais precocemente possível.

A cultura surda e a Língua de Sinais ganharam importantes argumentos em sua defesa quando, em meados de 1960, o linguista Willian Stokoe publicou o livro *Language Structure: an outline of the visual communication system of the american deaf* (*Estrutura de Linguagem: uma abordagem do sistema de comunicação visual do surdo americano*), no qual afirma que a língua de sinais americana tinha todas as características da língua oral. Ao se conferir status de língua para a Língua de Sinais, os surdos puderam reafirmar com mais força e argumentação o seu pertencimento a uma comunidade linguística que lhes fornecem uma cultura e identidade próprias.

Não há como negar a complexidade que existe nas relações entre cultura, linguagem e identidade; mas também não se pode negar que o fato de pertencer a um mundo de experiência visual e não auditiva traz uma marca identitária significativa para essa parcela da população, que reafirma sua diferença perante o mundo ouvinte e, assim, legitima sua luta por direitos e pela sua existência como cidadãos.

CONCLUSÃO

Essa discussão relacionou a construção histórica em que se forjou a luta das pessoas com deficiência para se colocarem como agentes políticos, inclusive construindo e realizando políticas públicas. Por meio de uma revisão histórica da luta das pessoas com deficiência agregamos conteúdos de cunho sociológico e até mesmo jurídico para conectar a participação das pessoas com deficiência nas questões políticas.



Reconhece ser incondicional a participação plena por todos nos canais institucionais existentes, como também, ao invés de se falar políticas *para* pessoas com deficiência, necessita uma nova concepção para ampliar o conteúdo da participação para além de ser parte, também tomar parte, introduzindo nova ação participativa, avançando para construção de políticas para pessoas com deficiências.

Conclui-se que a construção histórica em que se teceu a luta das pessoas com deficiência, para o pleno exercício de sua cidadania só é possível através da soma permanente de esforços. Por muito tempo como se analisa na história, as pessoas com deficiência e outras minorias tiveram negada a sua cidadania, mas hoje é preciso reconhecer alguns avanços significativos, mas que também construir novos caminhos para que seja permanente esse crescimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GARCIA, Maria. Desobediência civil: direito fundamental. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

MARTINS, Mário Cléber. História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil / compilado por. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, 443 p. Disponível em: <<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/publicacoesdeficiente/historia%20movimento%20politico%20pcd%20brasil.pdf>> Acesso em 8 set. 2015.

PERLIN, G. Histórias de vida surda: identidades em questão. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, Porto Alegre, 1998.

PRESNEAU, J. R.; FERRAND, C. The Scholars, the Deaf, and the Language of Signs in France in the 18th Century. In: FISCHER, R.; LANE, H. Looking Back: a read on the History of Deaf Communities and their Sign languages. International Studies on Sign Language and Communication of the Deaf. V. 20. Hamburg: SIGNUM-Verlang. 1993, p. 413-427.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SKLIAR C. (org.) A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

THOREAU, Henry David. A desobediência civil. Tradução: Sérgio Karam. Porto Alegre: L&PM, 1997.

TOURAINÉ, Alain. Production de La société. Paris, Editions du Seuil, 1973.



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O